

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.394.242 - SP (2018/0293071-2)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : MARIA ELVIRA CARDOSO DE SA
ADVOGADO : RONALDO LEANDRO MIGUEL - SP223553
AGRAVADO : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV
PROCURADOR : PAULO HENRIQUE MOURA LEITE E OUTRO(S) - SP127159

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. AÇÃO ORDINÁRIA. COMPETÊNCIA. DEFINIÇÃO DO FORO TERRITORIAL. LOCAL EM QUE A OBRIGAÇÃO DEVE SER SATISFEITA OU DA VARA ESPECIALIZADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA PRESENTE EM OUTRO LOCAL DO ESTADO. REAUTUAÇÃO COMO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial manejado por Maria Elvira Cardoso de Sá em face de decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que negou admissibilidade a recurso contra acórdão assim ementado (e-STJ fl. 53):

EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA ACOLHIDA. Ação: Demanda pelo restabelecimento de pensão a filha solteira de policial militar. Vara especializada da Comarca de Araraquara. Determinada remessa à Comarca de Itápolis, foro de residência da autora, onde SPPREV possui unidade de atendimento. Competência de juízo segundo as leis de organização judiciária do Estado. Vara especializada da Comarca de Araraquara com competência restrita aos seus limites territoriais. Competência de foro determinada pelas regras de competência do Código de Processo Civil. Súmula 206 do STJ. Obrigação que deve ser cumprida no foro da Comarca de Itápolis. CPC, artigo 100, IV. Decisão mantida. Recurso não provido.

Os embargos de declaração apresentados na origem foram rejeitados.

Nas razões do especial, a recorrente sustenta violação dos arts. 94, § 1º, e 100, IV, *b*, do CPC/2015. Ressalta que a presente ação visa imediato restabelecimento de pensão por morte e foi proposta na Vara Especializada da Fazenda Pública da Comarca de Araraquara porque na cidade onde mora, Itápolis, não possui juízo especializado. Defende, com base nos dispositivos mencionados, que pode optar por ajuizar a ação em um dos domicílios do réu, uma vez que a autarquia recorrida possui filial/agência na cidade de Araraquara.

Apresentadas contrarrazões às e-STJ fls. 78/95.

A decisão agravada negou seguimento ao especial sob a compreensão de que o provimento das teses recursais depende de exame probatório dos autos.

Nas razões do agravo, a recorrente defende que (e-STJ fl. 101): "não se objetiva com o Recurso Especial o reexame de matéria probatória, restando devidamente

demonstrado que a lei foi contrariada."

Ofertada contraminuta às e-STJ fls. 104/106.

No âmbito do STJ, o Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento do recurso especial.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

O quadro fático delimitado no acórdão *a quo* é claro. A recorrente possui residência em Itápolis, local em que não há Vara Especializada de Fazenda Pública. A existência de foro especializado em Araraquara, local em que houve a demanda, é incontrovérsia. Tendo em vista que a obrigação será, caso reconhecida em juízo, cumprida no local em que a recorrente reside, o TJSP determinou a competência da Comarca de Itápolis, que não é especializada.

Por isso, ao contrário do disposto na decisão à e-STJ fl. 97, o recurso especial deverá ser devidamente apreciado em momento oportuno, tendo em vista a inaplicabilidade da Súm. n. 7/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para determinar a autuação dos autos como recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

Ministro **MAURO CAMPBELL MARQUES**

Relator